

Ao
Dr. José Roberto de Moraes
Presidente da SPPREV

Prezado Senhor:

Face ao desconto em meu pagamento decorrente de recebimento indevido de cálculo 133 _____, esclareço que não tenho controle sobre o que é pago, muito menos faço a operação de desconto do meu salário, portanto não tenho responsabilidade direta sobre as referidas transações.

Se me foi creditado tal valor e se o Estado com toda a estrutura que possui o fez, entendo que era o correto a me pagar. Assim reafirmo que recebi tais valores de boa fé e solicito que seja anistiado o valor da dívida e suspenso imediatamente o desconto do que me foi pago a mais.

Despacho normativa do governador de 31-01-1986

Secretaria do Governo

Secretaria
Luiz Carlos Bresser Pereira

SECRETARIA DO GOVERNO

Despacho Normativo do Governador, de 31-1-86

No processo _____ c/aps _____, SENA-_____, SENA-_____, SF-_____, GG-_____, GG-_____, PGE-_____, SJ, _____, SJ-_____, PGE-_____, SJ-_____, SJ-_____, auto.prova. _____ e _____ do PGE-_____, em que é interessado _____, sobre dispensa de reposição ao erário, de importância recebida de boa fé, posteriormente considerada indevida, por alteração do critério jurídico: "Diante dos elementos de instrução destes autos, bem como da manifestação da Assessoria Técnico-Legislativa e do parecer 10-86, da Assessoria Jurídica do Governo, decido, em caráter normativo, autorizar os Secretários de Estado, ouvidas a Secretaria da Administração e a Procuradoria Geral do Estado, desde que provada a boa fé do funcionário ou servidor, a dispensar a reposição de vantagem paga e posteriormente considerada indevida em virtude de alteração do critério jurídico pelo órgão competente."

LOCAL E DATA: _____/DE _____/DE _____

Assinatura: _____